

O passo histórico do Congresso mexicano pela paridade de gênero para todos os postos públicos, por Beatriz Pedreira e Jonaya de Castro

Ouvir as senadoras e deputadas do México foi o ponto de partida ideal para nosso projeto de ouvir mulheres eleitas em seis países da América Latina

(El País, 29/05/2019 - acesse no site de origem)

O Congresso do México aprovou em 23 de maio uma reforma que modifica artigos da Constituição do país para instituir a obrigatoriedade de que 50% dos cargos públicos sejam ocupados por mulheres nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos órgãos federais, estaduais e municipais, além de órgãos autônomos. O México já tinha [paridade obrigatória](#) no Congresso. A emenda constitucional, que visa garantir igualdade entre mulheres e homens no exercício do poder público, também inclui o princípio da paridade de gênero para todos os cargos, eletivos e públicos —tanto concursados como comissionados.

Com a aprovação, a nova regra já é válida para os cargos federais. Agora, o texto foi encaminhado para votação nas assembleias estaduais para também valer para Estados e municípios.

Foi um dia histórico no país — e para todas as mulheres — e não poderíamos ter melhor ponto de partida para nossa nova pesquisa no Instituto Update, a [Emergência Política Mulheres](#). Como parte da nossa missão de fomentar a inovação política na América Latina, vamos viajar por seis países para conversar com mulheres em cargos eletivos (Legislativo e Executivo), de diferentes campos políticos, territórios e diversidade étnico e racial, para investigar quais são as práticas, as agendas, os desafios e as potências da liderança feminina. E compreender como as mulheres estão atualizando a democracia do século 21. Queremos dar luz a esse fazer político com o objetivo de criar novas referências, impulsionar mais mulheres a se candidatarem e estimular um novo imaginário de poder em que a política também deve ser exercida pelo viés feminino.

É por isso que estamos no México desde o dia 20 de maio. Nesses primeiros dias de trabalho de campo, conversamos com algumas deputadas e senadoras mexicanas de diversos partidos e campos ideológicos, que desde o começo dessa legislação trabalham juntas e ao lado de homens pela paridade de gênero total. Não à toa Congresso apelidaram essa como a “Legislatura da paridade”.

Uma das nossas primeiras conversas foi com a senadora Kenia López Rabadán, do partido [conservador PAN](#). Ela é autora de um dos projetos de lei que resultou na reforma constitucional aprovada. Política tradicional, no sentido de carreira partidária, é uma das autoras da lei de paridade total aprovada em 2016 na Cidade do México, quando fazia parte da Assembleia Constituinte.

“Direito político das mulheres é minha causa. Dia 1º de setembro de 2018 iniciamos a

Legislatura e cinco dias depois já apresentamos o projeto de lei pela paridade total nos mesmos moldes do que aprovamos em 2016”, conta Kenia. “Ao aprovar essa reforma constitucional, estamos dando um novo sentido para a política e ao exercício do poder”.

“A nós mulheres nunca foi dado direitos, fomos nós que lutamos por eles”, afirmou Wendy Briceño Zuloag, deputada federal pelo [esquerdista Morena](#) e presidente da Comissão de Igualdade de Gênero, ao final da votação no Congresso.

“O que estamos conquistando é histórico. Não é apenas uma lei. O México se tornará o único país no mundo onde a paridade está nos principais artigos da Constituição”, conclui Stefania Duarte, secretária técnica legislativa da Comissão de Igualdade de Gênero, que foi responsável pela argumentação do projeto aprovado.

A lei significa muito para todas mulheres latino-americanas, pois o México é o segundo maior país da região e agora se torna uma referência em igualdade de gênero. No entanto, o desafio pela real igualdade ainda é enorme. O México é também o país com maior taxa de feminicídio e desaparecimento de mulheres no mundo, por exemplo. [O passo institucional foi dado, agora a luta é cultural](#). Estamos prontas.

Beatriz Pedreira e Jonaya de Castro são do Instituto Update, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que fomenta a inovação política na América Latina com o objetivo de fortalecer a democracia. Saiba mais em: www.institutoupdate.org.br.

A contracultura política é feminina, por Antonia Pellegrino e Manoela Miklos

A formação de mulheres vai promover uma insurgência

[\(Folha de S.Paulo, 27/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

[Balbúrdia](#) é mais perfeita expressão do “governo” Bolsonaro, cujo método político é o conflito entre os poderes. Diante do caos, impressiona o fato da Lei nº 13.831, que anistia partidos políticos, já em vigor, ter feito Executivo, Legislativo e Judiciário darem as mãos.

A história da construção deste milagre é a seguinte: a Lei dos Partidos Políticos, de 1995, prevê que as legendas devem investir pelo menos 5% de recursos do dinheiro público do Fundo Partidário na promoção da participação feminina na política, que incluem gastos com eventos e propagandas que estimulem e igualdade de gênero. O partido que não cumprir a regra está sujeito a multa. E quem fiscaliza e aplica a multa? A justiça eleitoral.

Mas entre 2013 e 2018, o TSE fez vista grossa e se tornou cúmplice dos partidos na prática da violência política de gênero. O papel deste tipo de violência é impedir as mulheres de se candidatarem, interferir no exercício de seus mandatos e, por fim, desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, para que o poder se conserve como sempre foi:

masculino, branco, de meia idade —ou da idade média.

Tudo seguia na mais perfeita desordem, até que, em 2018, a professora Lígia Fabris, da FGV, através de uma provocação ao TSE e ao STF, conseguiu 30% dos recursos do fundo de campanha, então recém-criado, para candidaturas de mulheres. O resultado? Um crescimento de 50% na bancada feminina —e a explosão do [escândalo do laranjal do PSL](#), como revelado por esta Folha.

Na esteira destes acontecimentos, 2019 começa com o TSE disposto a prestar contas com o passado. E em fevereiro, o PSD foi obrigado a destinar R\$ 1 milhão em 2020 à atuação feminina, mais 2,5% do fundo partidário com a mesma finalidade. Em março, pelo mesmo motivo, o PDT foi obrigado a devolver R\$ 2 milhões ao erário. Em ambos os partidos, houve também suspensão a parcial de recebimento do fundo partidário. O pânico estava instalado.

A resposta veio através do projeto apresentado pelo líder do DEM, dep. Elmar Nascimento, caracterizado como “uma tentativa de conter a ingerência do TSE sobre os partidos”, segundo o deputado Paulinho da Força (Solidariedade). Àquela altura, já eram 70 milhões em multas a partidos de todos os espectros políticos.

Pela pesquisa do [Instituto Patrícia Galvão e Ibope, 74% dos brasileiros acredita que só há democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão](#). Oito em cada dez brasileiras creem que metade das cadeiras legislativas deveria ser destinada às mulheres. E ainda, segundo o DataSenado, 79% dos brasileiros já votaram em mulher. Então, como explicar a baixa representatividade feminina? A falta de apoio dos partidos é o principal motivo, segundo a percepção popular captada no DataSenado. E a história da lei de anistia aos partidos confirma que o povo está certo.

Com a lei sancionada por Bolsonaro, os partidos ficam livres dessa multa caso tenham financiado candidaturas femininas nas eleições de 2018. Cabe às mulheres fazer uma limonada destes limões. A sinalização do TSE é clara: acabou a vista grossa, chegou a hora dos partidos cumprirem a lei e gastarem dinheiro na formação de quadros femininos. Os anos de 2019 e 2020 são estratégicos para o surgimento de novas lideranças, capazes de promover a insurgência de uma contracultura política. O que se espera dos dirigentes partidários é que cumpram a lei e parem de perpetrar violência política de gênero.

Antonia é escritora e roteirista. Manoela é assistente especial do Programa para a América Latina da Open Society Foundations. Feministas, editam o blog #AgoraÉQueSãoElas.

Bolsonaro sanciona projeto que anistia partidos que não investiram mínimo exigido em candidaturas femininas

Texto também beneficia diretórios municipais que não prestaram contas de acordo com a

legislação

[\(O Globo, 17/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta sexta-feira um projeto que isenta partidos de punições por determinadas infrações da legislação eleitoral, como não investir o mínimo exigido de recursos na promoção de participação da mulher na política. Também são beneficiados diretórios municipais que não prestaram contas de acordo com a legislação.

O texto estabelece que diretórios municipais de partidos que não tenham movimentado recursos ou arrecadado dinheiro não precisam prestar contas à Justiça Eleitoral, e isenta siglas que foram consideradas inativas por esse motivo de pagarem uma taxa para Receita Federal reativar seu CNPJ. A estimativa do impacto dessa medida varia entre R\$ 20 milhões e R\$ 70 milhões.

Leia mais: [Em nota, comissões classificam como retrocesso a anistia a partidos políticos que não se comprometem com participação feminina \(OAB, 19/05/2019\)](#)

A proposta também determina que as legendas não podem ter suas contas rejeitadas por não terem investido o mínimo exigido na promoção de participação feminina. Eventual punição só poderá acontecer a partir deste ano. O projeto dá um prazo até 2020 para os que tiverem esses recursos ainda em caixa possam empregá-los com esse fim.

O projeto garante a autonomia dos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos de integrantes de diretórios. Além disso, estabelece que o mandato das comissões provisórias pode ter até oito anos. Além disso, o texto determina que as responsabilidades civil e criminal por eventuais irregularidades são do dirigente partidário à época dos fatos, e que o partido não pode ser impedido de receber recursos do fundo partidário por isso.

Bolsonaro vetou apenas um artigo, que anistiava as cobranças que tenham sido determinadas por doações ou contribuições eleitorais realizadas por servidores públicos que exerçam função ou cargo de livre nomeação, desde que eles sejam filiados a partidos.

Daniel Gullino

[Advogada Cristiane Britto vai substituir Tia Eron na Secretaria da Mulher](#)

Especialista em direito eleitoral é filiada ao PRB e comandará área que tem um dos maiores orçamentos da pasta

[\(O Globo, 09/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A ministra da Mulher, Damare Alves, anunciou nesta quinta-feira a nova secretária da Mulher, que vai substituir a ex-deputada [Tia Eron](#), exonerada do cargo no último sábado. Quem

assume o posto é a advogada Cristiane Britto, filiada ao PRB, especialista em direito eleitoral.

Informo que encaminhei para nomeação ao cargo de Secretária Nacional de Políticas para Mulheres o nome da advogada Cristiane Brito (PRB), do Observatório Eleitoral Pesquisa de Liderança Feminina na Política.

— Damares Alves (@DamaresAlves) [9 de maio de 2019](#)

A Secretaria da Mulher está entre os maiores orçamentos da pasta, com R\$ 26,6 milhões para elaborar políticas públicas de proteção à mulher. Estão no escopo da área responde projetos como o disque denúncia 180, que atende mulheres vítimas de violência, e campanhas de prevenção à violência sexual e doméstica contra a mulher.

Bem como sua antecessora, que ficou dois meses e dois dias no posto, a nova secretária da Mulher é formada em Direito e filiada ao PRB. Cristiane Britto também é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo o portal da OAB, ela está entre os fundadores da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e é membro da Instituição Brasileira de Direito Público.

A advogada também integra o Observatório Eleitoral Pesquisa de Liderança Feminina na Política, do IDP.

Audrey Furlaneto

‘A ênfase nos atributos pessoais de líderes mulheres serve apenas para enfraquecê-las’, diz especialista do King’s College

Rosie Campbell, diretora do Instituto Global de Liderança Feminina, afirma que são os membros dos partidos locais, e não os eleitores, são menos propensos a escolher mulheres

(O Globo, 03/05/2019 - acesse no site de origem)

No dia 3 de maio de 1979, Margaret Thatcher era eleita para governar o Reino Unido — uma liderança conservadora e controversa que se estendeu por 11 anos e mudou o país. [Thatcher foi a primeira mulher a governar uma grande potência ocidental](#), mas não abriu espaço para a ascensão feminina na política britânica, que demorou quase 40 anos para eleger outra mulher, Theresa May. O que mudou desde então?

A diretora do Instituto Global de Liderança Feminina do King’s College, Rosie Campbell, refletiu sobre os avanços e os persistentes obstáculos do tempo que separa Thatcher de May.

Quarenta anos após a eleição de Margaret Thatcher, mulheres no poder continuam sendo minoria. Quais são os principais obstáculos que as mulheres enfrentam para alcançar posições de liderança na política num país como o Reino Unido?

As mulheres ainda representam menos de um terço dos deputados na Câmara dos Comuns, mas há uma diferença notável entre os dois principais partidos britânicos: 47% dos parlamentares trabalhistas são mulheres, contra apenas 20% dos conservadores. Isso não aconteceu por acaso. Os trabalhistas introduziram listas e cotas para garantir a representação feminina no partido. Pesquisas mostram que o problema não é que os eleitores não queiram parlamentares do sexo feminino, é que os membros locais dos partidos, ou seja, os que decidem a indicação dos candidatos, são menos propensos a escolher mulheres. Eles têm uma ideia preconcebida de quem é o “candidato ideal”. Geralmente é alguém branco, do sexo masculino, de classe média e sem deficiências físicas. Lideranças locais atuam contra medidas pela igualdade.

Além disso, há também um ponto subestimado: entrar para o Parlamento exige dinheiro, tempo, flexibilidade e redes partidárias, coisas que normalmente são muito mais difíceis para as mulheres, especialmente se tiverem filhos. Candidatas mulheres também são muito mais propensas a sofrer abuso ou assédio, o que, sem dúvida, impede que algumas delas concorram.

Thatcher não colocou os direitos das mulheres no topo de sua agenda. Quem são as mulheres que estão ajudando a mudar a imagem da liderança política feminina no mundo?

Margaret Thatcher mostrou um pouco mais de interesse pelos direitos das mulheres depois que deixou o cargo e apoiou iniciativas dentro do Partido Conservador quando já não era a líder. Há muitos exemplos atuais de mulheres na política em todo o mundo que estão inspirando novas gerações. A congressista Alexandria Ocasio-Cortez é alguém que claramente inspira jovens mulheres, e também homens, nos Estados Unidos. É um sinal de progresso o fato de que há tantas mulheres que podem ser indicadas como candidatas democratas à presidência: Elizabeth Warren, Kamala Harris, Kirsten Gillibrand e outras.

A presidente do Instituto Global para Liderança Feminina, a ex-primeira-ministra australiana Julia Gillard, também serviu de inspiração para muitas jovens. Há pesquisas interessantes mostrando que o conhecimento sobre política entre mulheres australianas aumentou significativamente enquanto ela estava no cargo, porque mais mulheres estavam prestando atenção às notícias e ao que ela dizia. Os pesquisadores sugerem que isso mostra como ter mais modelos políticos femininos poderia realmente ajudar a melhorar o conhecimento político das mulheres.

Quarenta anos separam Margaret Thatcher de Theresa May. É possível compará-las?

Há algumas semelhanças. Obviamente, ambas tiveram o seu tempo no cargo definido por disputas sobre a relação entre o Reino Unido e a Europa. Mas também há diferenças importantes: Thatcher era uma outsider que tomou o partido de assalto, enquanto May conseguiu o cargo máximo porque todos os outros candidatos a líder do Partido Conservador se autodestruíram. De certa forma, May também incorpora o chamado fenômeno do “penhasco de vidro”, no qual mulheres são alçadas a papéis de liderança em tempos de crise com uma grande chance de fracasso, como no caso das negociações do Brexit.

Uma outra semelhança entre as duas está no tratamento da mídia, principalmente no que diz

respeito ao gênero. Na verdade, pesquisas sugerem que a cobertura da mídia no Reino Unido ficou mais centrada no gênero depois de Thatcher. E esse tipo de ênfase nos atributos pessoais de líderes mulheres, em vez do foco em suas políticas ou profissionalismo, serve apenas para enfraquecê-las.

Claudia Sarmiento

Câmara aprova anistia a partidos que não investiram mínimo exigido em campanhas femininas

Lei dos Partidos prevê pelo menos 5% dos recursos do fundo partidário para esse fim. Proposta aprovada na Câmara já passou pelo Senado e agora vai à sanção presidencial

(G1, 24/04/2019 - acesse no site de origem)

A Câmara aprovou nesta quarta-feira (24) um projeto que anistia partidos políticos que não investiram o mínimo previsto em lei em ações para incentivar a participação da mulher na política.

A proposta, que já passou pelo Senado, vai à sanção presidencial.

A Lei dos Partidos prevê que pelo menos 5% dos recursos oriundos do fundo partidário devem ser aplicados na “criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres”.

As ações podem ser, por exemplo, eventos e propagandas partidárias que incentivem o engajamento das mulheres na política.

De acordo com o projeto aprovado pela Câmara, estarão livres de punição as legendas que não cumpriram a regra, mas usaram o dinheiro para financiar candidaturas femininas até as últimas eleições gerais (2018).

O que diz o STF

Nas eleições do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou os partidos a aplicarem recursos acumulados em anos anteriores voltados para a promoção da mulher na política.

O montante, porém, não podia ser usado para cumprir a cota mínima de 30% dos recursos do fundo partidário nas campanhas das mulheres.

No entendimento do Supremo, recursos de incentivo à participação das mulheres na política são diferentes do dinheiro que financia campanha de candidatas específicas.

O STF tomou a decisão em outubro do ano passado, mesmo mês em que aconteceram as eleições, por isso o projeto aprovado pelos senadores prevê um período de transição.

Outros pontos

Outros pontos previstos no projeto aprovado pela Câmara são os seguintes:

- **Diretórios provisórios** - Caberá ao partido político definir o tempo do mandato dos membros em órgãos internos, permanentes ou provisórios. Os órgãos provisórios poderão durar até oito anos, com rotatividade da diretoria.
- **Servidores** - Os partidos serão anistiados caso devolvam ao Tesouro Nacional cobranças cujas doações tenham sido feitas em anos anteriores por servidores públicos com função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, desde que filiados a partido político.
- **Prestação de contas** - Se o diretório municipal do partido político não movimentar ou arrecadar doações em dinheiro, não precisará prestar contas à Justiça Eleitoral. O dirigente do partido terá que apresentar uma declaração de ausência de movimentação.
- **Responsabilidade** - Pelo texto, “as responsabilidades civil e criminal são subjetivas e, assim como eventuais dívidas já apuradas, recaem somente sobre o dirigente partidário responsável pelo órgão partidário à época do fato e não impedem que o órgão partidário receba recurso do fundo partidário”.
- **Conta bancária** - A direção nacional do partido será obrigada a abrir conta bancária exclusiva para movimentação do fundo partidário e para a aplicação dos recursos mínimos a serem aplicados na promoção da participação política feminina.

Sara Resende e Gustavo Garcia

[Comissão no Senado rejeita fim da cota partidária para mulheres](#)

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado rejeitou nesta quarta-feira, 24, o projeto de lei do senador Angelo Coronel (PSD-BA) que pedia a extinção das cotas partidárias, que exigiam que todo partido tivesse, no mínimo, 30% de candidatas mulheres.

[\(Universa, 24/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Dezenove senadores estavam presentes, sendo três mulheres. A votação terminou em 16 votos contrários contra 2 favoráveis (Simone Tebet, presidente da comissão, não vota). Votaram “sim” o autor do projeto, Angelo Coronel, e a senadora Selma Arruda (PSL-RS). O projeto de lei foi arquivado.

“Projeto desnecessário”

A primeira a falar sobre o PL foi a senadora Rose de Freitas (Pode-ES): “É um projeto desnecessário”, disse, antes de pedir ao senador Angelo Coronel (PSD-BA) que retirasse sua proposta, pedido que foi negado por Coronel. “Existe apenas para deixar as mulheres

angustiadas”, disse Rose.

Na sequência, ela citou alguns dos senadores presentes na comissão que, assim como ela, eram contra o PL: “Aqui temos vários senadores feministas, não temos? [Fabiano] Contarato, [Eduardo] Girão, Alessandro Vieira são, né? Só faz um sinal com o dedo”.

Outros oito senadores se pronunciaram, sete contrários à proposta. A única pessoa que a defendeu durante as falas na reunião foi Coronel. Eliziane Gama (PPS-MA) chegou a comentar que ele seria o único voto contrário. E atacou a proposta: “É um acinte, uma agressão às mulheres. Quando li esse texto, nem acreditei”.

Coronel, ao final, ainda reiterou que acredita que as mulheres devem estar no Congresso. “Não sou contra a participação feminina na política, mas precisa ser por mérito.”

O que pedia a proposta?

O projeto de lei 1256/2019, de autoria de Coronel, pedia o fim da exigência feita aos partidos de que sejam reservados, no mínimo, 30% de vagas de candidaturas a um mesmo sexo –não há determinação de gênero na legislação, mas, como o menor número de candidatos é sempre o de pessoas do sexo feminino, a cota é atribuída às mulheres.

A regra é prevista desde 1997 e, desde 2018, a exigência é de que o repasse de verba seja proporcional a essa porcentagem.

Para Coronel, lei de cotas partidárias é uma “imposição” que até hoje não teve resultados práticos. “Nenhuma mulher foi eleita por cotas”, afirma.

Coronel também afirmou, em entrevista à *Universa*, que não há qualquer entrave para que mulheres entrem na política, tampouco machismo ou preconceito. “Grande parte das mulheres não têm o devido interesse pela política”, afirma.

Relator deu parecer contrário e propõe que cotas subam para 50%

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) se disse “radicalmente contra” a proposta e vai além: propõe que as cotas alcancem 50% de candidaturas para cada sexo. O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) disse, antes da votação: “Só ficarei feliz quando for metade e metade.”

“As mulheres não tiveram as mesmas oportunidades, na política, que os homens. Começaram a votar mais tarde, só em 1932. A proposta da cota é no sentido de corrigir essa desigualdade”, afirma. Segundo o senador, é preciso assegurar a regra atual para garantir participação feminina nos legislativos municipais, nas eleições que ocorrerão em 2020.

Por fim, Contarato rebate o argumento do Coronel, de que as cotas partidárias incitem candidaturas-laranja, e que mulheres estavam sendo usadas para “esse laranjal”: “Há vários candidatos-laranja, sempre teve, inclusive homens. O que tem que ser feito é exigir que órgãos de fiscalização analisem, efetivamente, qual foi a participação de todos os candidatos.”

Cotas garantem mais mulheres no Congresso?

Ainda não há uma pesquisa que afirme se as cotas são ou não efetivas para a eleição de mais mulheres. Em 2018, porém, ano em que foi exigido que o repasse de verba fosse proporcional à porcentagem de candidaturas de mulheres –ou seja, 30% do fundo partidário deve ir para elas–

o número de deputadas aumentou.

Entre as federais, foi de 51, em 2014, para 77. Já as estaduais cresceram 35% no mesmo período: foram de 119 para 161. No Senado, elas perderam uma cadeira. Hoje, são 13 de um total de 81.

Camila Brandalise

As pioneiras que abriram o caminho para as mulheres na política brasileira

2019 entrou para a história como o ano de maior participação feminina no Congresso. Como chegamos até aqui?

(Exame, 21/04/2019 - acesse no site de origem)

A polêmica envolvendo o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, e seu suposto envolvimento com candidaturas laranjas do PSL reacendeu uma discussão sobre a regra que define um percentual mínimo de 30% de mulheres nos partidos para disputar eleições.

Após as suspeitas de fraude eleitoral, entrou em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o projeto de lei (PL 1.256/2019) que revoga o percentual mínimo de vagas para homens e mulheres nas eleições.

No entanto, a proposta já teve voto contrário do relator, Fabiano Contarato (Rede-ES), que avaliou a revogação como um retrocesso para os direitos das mulheres.

As discussões sobre as regras eleitorais acontecem justamente em um ano que entra para a história como o de maior participação feminina no Congresso Nacional.

Foram eleitas 7 senadoras, elevando o número em exercício para 12 (veja quadro abaixo). Já na Câmara, foram eleitas 77 deputadas federais.

Entre os homens, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) foi o mais votado do país com 1.843.735 votos. Já as votações mais expressivas de mulheres foram da deputada federal Joice Hasselmann, com 1.078.666 votos, e da deputada estadual Janaína Paschoal, com 2.060.786, ambas do PSL/SP.

No Senado, houve parlamentares que alcançaram quase 700 mil votos, caso da juíza Selma (PSL/MT).



*Senadoras brasileiras em 2019 (Renilde Bulhões assumiu temporariamente o mandato do senador Fernando Collor, afastado por licença médica)

“É um desafio muito grande atuar numa instituição majoritariamente comandada por homens, mas ao mesmo tempo estamos muito unidas para que nossos projetos tenham visibilidade e possam se destacar”, diz a senadora Maílza Gomes (PP) do Acre.

As mulheres foram eleitas para comandar 12% das prefeituras brasileiras na última eleição municipal e apesar de terem na média escolaridade superior aos homens, costumam governar municípios menores e mais pobres.

Prefeitas são poucas e governam os municípios menores e mais pobres

AS MULHERES SÃO

51%

da população, mas governam apenas

12%

das prefeituras no Brasil



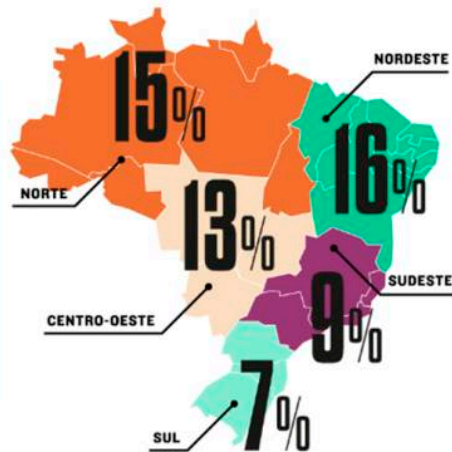
AS MULHERES NEGRAS SÃO

27%

da população, mas governam apenas

3%

das prefeituras no Brasil



A trajetória das prefeitas

Liderança política, experiência em gestão pública e mais anos de estudos que os homens.



50%

dos Prefeitos têm ensino superior



71%

das Prefeitas têm ensino superior



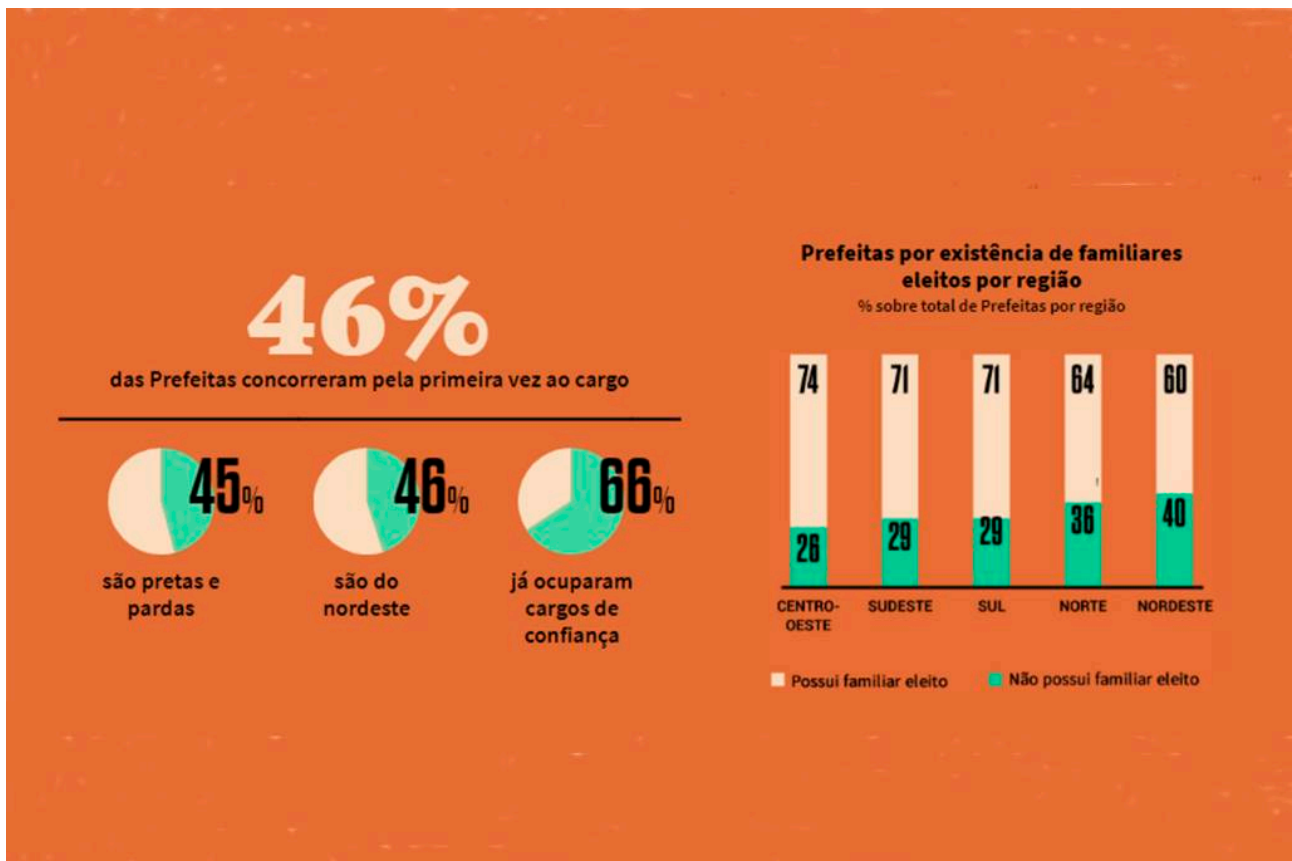
42%

das Prefeitas têm pós graduação

Os municípios governados por mulheres abrangem 7% da população brasileiras. Do total de prefeitas em exercício, 91% foram eleitas em municípios com até 50 mil habitantes.

Setenta por cento das prefeitas já ocuparam cargos públicos não eletivos ou de confiança principalmente nas pastas de Assistência Social (27%), Educação (20%) e Saúde (18%).

Todas as informações são de um estudo feito pelo Instituto Alzira, organização sem fins lucrativos com a missão de contribuir para o aumento da representação feminina na política.



História

No Brasil, a luta pelo voto das mulheres se consolidou em Mossoró, no Rio Grande do Norte, governado por Juvenal Lamartine. Em 25 de novembro de 1927, aconteceu a primeira concessão de voto à mulher no país.

A professora Celina Guimarães Viana, por meio da lei estadual 660/1917, conseguiu ter seu direito estabelecido, o que depois se estendeu a outras mulheres.

Também no Rio Grande do Norte, Luíza Alzira Soriano Teixeira passa a ser a primeira prefeita eleita no Brasil e em toda a América Latina na cidade de Lajes em 1928.

Em 1932, Getúlio Vargas instituiu o Código Eleitoral Brasileiro, definindo que era eleitor todo cidadão maior de 21 anos, estabelecendo assim, por lei, o direito ao voto feminino. Entretanto, não havia obrigatoriedade das mulheres votarem e tal direito dependia da autorização do marido (!).

Mesmo assim, Carlota Pereira de Queirós se torna em 1934 a primeira deputada federal eleita no país, durante o governo Vargas e representando São Paulo.

“Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas”, disse Queirós em um trecho de discurso em seu primeiro mandato.

A Constituição de 1934 foi outro marco para as mulheres ao consagrar pela primeira vez o princípio da igualdade entre os sexos e proibir diferenças salariais por motivo de gênero.

A Carta também garantiu o direito por insalubridade na indústria e garantias médicas para

gestantes e descanso antes e depois do parto por meio da Previdência Social. Após doze anos, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

Nenhuma história da trajetória das mulheres na política brasileira também poderia deixar de citar Bertha Lutz.

Ela começou sua carreira política em 1934, como candidata à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro no Partido Autonomista do Distrito Federal. Com a morte do deputado titular Cândido Pessoa, Lutz assumiu o cargo como suplente e tomou posse em 28 de junho de 1936.

Protagonismo de mulheres levanta questão sobre ‘jeito feminino’ de fazer política

Para cientista política, ideia é “estigmatizante” e “age contra as mulheres”. “É ‘sexismo benevolente’.”

(HuffPost Brasil, 11/04/2019 - acesse no site de origem)

Nos últimos meses, o protagonismo de mulheres na política, seja quebrando tradições como na eleição da primeira presidente da Eslováquia - Zuzana Caputová foi eleita em 31 de março -, ou liderando seus países em momentos de crise, como Theresa May, no Reino Unido, e [Jacinda Ardern](#), na Nova Zelândia, atraíram os holofotes de todo o mundo.

A ideia de que seria possível identificar um “jeito feminino” de fazer política, no entanto, está longe de ser uma unanimidade.

“Eu acho que esse movimento [de mulheres na política] é sempre crescente. Mas eu detesto a aceção de que existe um ‘jeito feminino’ de fazer política”, disse Débora Thomé, cientista política e uma das autoras do livro *Mulheres e poder - Histórias, ideias e indicadores*, ao HuffPost Brasil.

Segundo Thomé, algumas pesquisas essencializam o fato de que, se uma mulher está à frente, há a necessidade de fazer uma política mais “feminina”. Desta forma, quando eleitas, as mulheres fariam o campo da política mais idôneo e ético e teriam, portanto, mais “pureza” para “limpar o jogo sujo” feito pelos homens.

“Política é uma coisa muito mais complexa. Existem mil jeitos de governar. Uma mulher agindo só com base nisso também pode ser vista como fraca. O ponto é: não há evidências de que países que elegem mais mulheres têm menos corrupção. Mas também não há evidências para afirmarmos o oposto.”

Além de Ardern, que teve de responder de forma firme a um recente massacre em mesquitas na Nova Zelândia; e May, que enfrenta um dos momentos recentes mais complicados da política britânica, com o impasse sobre o Brexit; Angela Merkel é exemplo de uma liderança forte na Alemanha, que já se estende por 13 anos. Na África, a Etiópia elegeu Sahle-Work

Zewde, sua primeira presidente, no fim de 2018.



Jacinda Ardern, primeira ministra da Nova Zelândia, em visita recente à China. (Foto: Jackson Lee/Reuters)

Nos Estados Unidos, apesar de o protagonismo não ter chegado ainda à Casa Branca nas últimas eleições, as mulheres têm se destacado nos embates no Congresso, como é o caso das democratas Nancy Pelosi e [Alexandria Ocasio-Cortez](#). Recentemente, a cidade de Chicago elegeu [Lori Lightfoot](#), sua 1ª prefeita mulher, lésbica e negra.

No Brasil, as eleições trouxeram o maior número de deputadas mulheres para o Congresso Nacional. [Foram eleitas 77 parlamentares do total de 513](#), de acordo com dados finais da Justiça Eleitoral. Em 2014, eram 51. O número da última eleição representa crescimento de mais de 50% em relação à anterior.

Já no Senado, 7 representantes femininas tiveram vitória nas urnas. É o mesmo número de eleitas em 2010, última eleição para duas vagas na Casa. Em 2014, onde cada estado tinha uma vaga na disputa, outras 5 ganharam o pleito.

Eu acho que a gente não tem evidências para dizer que existe um 'estilo feminino' de governar.

Débora Thomé, cientista política

A cientista política Débora Thomé diz não acreditar no que chama de “generificação do poder” e que isso é uma forma de estigmatização que age contra as mulheres. Por outro lado, acredita que elas podem estar mais atentas a outros temas que homens não estão, justamente “pela forma como são socializadas”.

“Eu não acredito nessa ‘generificação’ do poder. Eu acho que é uma forma estigmatizante e que essa ideia age contra as mulheres. Isso é ‘sexismo benevolente’”, diz.

O “sexismo benevolente” ao qual Thomé se refere, é um termo criado pelos psicólogos norte-americanos Peter Glick e Susan Fiske [em um estudo publicado em 1996](#), que explica as consequências que “uma atitude paternalista em relação às mulheres que as idealiza afetivamente” pode ter.

“Eu acho que a gente não tem evidências para dizer que existe um ‘estilo feminino’ de governar. Eu acho que a gente tem barreiras que impedem as mulheres de chegar aos cargos de poder. Não apareceram Tabatas e Ocasios-Cortez antes porque não havia esse espaço. Agora há. E existem pautas que são caras às mulheres. Como, por exemplo, a pauta da creche.”

Para explicar, a pesquisadora cita o estudo publicado em 2017 pela London School of Economics (LSE) [“Cotas de gênero e a crise do homem medíocre: teoria e evidência”](#), que afirma que a presença de mais mulheres na política aumenta a representação não só por causa das mulheres – mas porque a formação de novos grupos competitivos mexe com a estrutura política e, de certa forma, fortalece a democracia.

Nesse contexto, Thomé acredita que o “o ideal é ter mais mulheres dentro do governo”, por que isso trará “novas características” para a política que é feita.

“Elas estão conseguindo chegar lá de alguma forma. São pessoas que estão alijadas do poder ainda que tenham condições de estar lá. É mais sobre pensar como aumentar essa representatividade, do que se existe ‘jeito feminino’.”

Ter mais ‘representação’ faz diferença para as mulheres?

Um dos efeitos de ter um número significativo de mulheres tanto em altos cargos de comando político ou no parlamento — tanto no Brasil quanto em outros países — é “incentivar outras mulheres” a participarem de processos decisórios e também refutar a tradicional ideia de que “mulheres ainda são ‘inapropriadas’ ou ‘incapazes’” para pertencerem à política.

Esta é a análise da cientista política Maria do Socorro Sousa Braga, diretora da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e professora da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos).

“No Brasil a gente tem 15% das cadeiras da Câmara representadas por mulheres. Esse número é alto se comparado a outros países emergentes, mas ainda é muito baixo para o Brasil. Temos que buscar quais são as razões disso”, aponta. “Quanto maior a desigualdade, menor é a possibilidade de ter mais mulheres em ambientes de decisão política.”

Atualmente, o Brasil fica atrás de dezenas de países quanto à presença de mulheres na política. Está na 115ª posição no ranking mundial de representatividade feminina no Parlamento dentre os 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), com

base no banco de dados do Banco Mundial (Bird) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Quanto maior a desigualdade, menor é a possibilidade de a gente colocar mais mulheres em ambientes de decisão política.

Maria do Socorro Sousa Braga, diretora da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e professora da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos)

“Quando existem mulheres eleitas em governos parlamentaristas ou até presidencialistas, você está dizendo que mulheres são tão capazes quanto homens. Não existem cargos políticos ‘masculinos’”, afirma. “Isso também mostra para a sociedade que ideias tradicionalistas que colocam mulheres como ‘inapropriadas’ ou ‘incapazes’ são equivocados.”

Para a especialista, o resultado da eleição que elevou a representação das mulheres no Congresso também é fruto de um movimento que “extrapolou a arena político-partidária”.

“As mulheres vêm em uma crescente, se tornando atores fundamentais no processo de ampliação e democratização de espaços de poder, seja ele qual for, desde empresas até movimentos sociais. Essa crescente é algo que pode mudar a mentalidade de lideranças, que hoje ainda são muito machistas.”

O caminho para um parlamento equânime

Denilde Holzacker, doutora em ciência política pela USP (Universidade de São Paulo), aponta que, como no Brasil as mulheres ainda estão entrando na política de forma gradual, o “sexismo benevolente” se faz presente de forma geral.

“De fato, em países como Índia e Brasil, as mulheres ainda precisam lembrar seus colegas de parlamento todos os dias que, sim, elas têm tanta capacidade quanto eles de estarem lá. E isso reforça essa ideia de ‘benevolência’”, afirma. “Agora existe um ambiente com mais mulheres. E isso é bom porque significa que elas podem ser donas da própria história e das próprias opiniões.”

A especialista aponta que, além deste “lembrete”, é importante ressaltar que hoje, especificamente no Brasil, existe uma “nova geração de mulheres na política trazendo bandeiras diferentes do que havia antes”.

“Hoje a gente tem uma nova visão do que é política e que algumas mulheres conseguem expressar de forma clara, trazendo outras bandeiras. Mas também existe um erro em achar que todas trazem pautas feministas. Não é assim.”

Holzacker destaca que um debate que pode colocar em risco hoje a inserção de mais mulheres na política são as chamadas “candidaturas-laranja”.

[Após denúncias sobre partidos terem usado, na eleição de 2018, “candidaturas-fantasmas”](#) de mulheres para atingir o percentual mínimo de candidatas, dois projetos foram apresentados na Câmara com a intenção de acabar com a cota de 30% do Fundo Eleitoral para essas candidaturas.

“A gente precisa ter um outro debate sobre essas mulheres e a participação delas. É

extremamente equivocado apresentar projetos para acabar com os 30%. É preciso discutir isso de outra forma. Por que, ao invés de se debater como aperfeiçoar esse instrumento, pretende-se acabar com ele?”

Andréa Martinelli

De índia a petista, conheça as conservadoras escaladas para o ministério de Damares

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos juntou secretárias de perfis variados para tratar de temas como ensino domiciliar, suicídio e automutilação

(O Globo, 07/04/2019 - acesse a íntegra no site de origem)

Das nove secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), seis são ocupadas por mulheres. Ao contrário do que se vê no Ministério da Educação (MEC), que vive em clima de paralisia criado por uma disputa interna, Damares Alves parece ter conseguido um feito: congregar diversidade em torno de um discurso coeso, de alto teor conservador. Foi do único núcleo de poder feminino no governo Bolsonaro, por exemplo, que saiu a proposta de reforma do ensino à distância. Na semana passada, a ministra foi defender sua visão de “homeschooling” na Câmara, uma pauta que, em outras administrações, poderia ter sido elaborada pelo MEC.

O conservadorismo é o que une as mulheres à frente das secretarias de Damares. Não se fala em feminismo, mas em ouvir mais os homens. A estrutura de proteção à comunidade LGBTI não foi alterada, mas defende-se a família “tradicional”. As protagonistas do MDH são um retrato de muitos Brasis: convivem uma líder indígena, uma amiga da primeira-dama Michelle Bolsonaro que é surda e uma evangélica petista que assinou manifesto em defesa de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. Petrucia Andrade é a única que já discordou, no passado, de Damares em tema central: assinou manifesto em defesa da descriminalização do aborto.

As mulheres de Damares apareceram com desenvoltura no primeiro trimestre no Congresso, no exterior e em cidades do interior anunciando projetos que vão do combate ao suicídio indígena à prevenção da automutilação — ainda que sem apresentar políticas detalhadas.

Uma das iniciativas mais ambiciosas, mas ainda em estado inicial, é a tentativa de parceria com o Facebook e o Google para a criação de um sistema de buscas para crianças desaparecidas.

O GLOBO procurou todas as secretárias, mas três delas não quiseram dar entrevistas. O ministério informou que irá apresentar o conjunto de iniciativas da pasta — que tem orçamento

de R\$ 450 milhões — “no momento que considerar apropriado”.